

XIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XIII ENANCIB 2012

GT 10: Informação e Memória

***Construção e Análise do Inventário do Patrimônio Religioso
Paraibano: informação como representação social***

Comunicação Oral

Silvia Regina da Mota Rocha – UFPB

Carlos Xavier de AZevedo Netto – UFPB

reginamotarocha@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho apresenta a investigação sobre os processos teórico-metodológicos para a construção e análise do inventário do patrimônio religioso paraibano colonial. A pesquisa justifica-se pela eminente necessidade de identificação, qualificação e comunicação do patrimônio cultural dada a sua relevância histórica e cultural e, contraditoriamente, as incipientes políticas e pesquisas sobre os inventários deste patrimônio. Algumas questões orientam nossa análise: Quais pressupostos, critérios, categorias, procedimentos de execução e análise deve conter uma metodologia científica de inventário de bens culturais móveis e integrados religiosos que articula adequadamente as áreas da CI e de patrimônio cultural? Quais instrumentos existentes para a identificação, classificação e análise qualitativa do patrimônio religioso? Como referencial teórico-metodológico nos apoiamos nas contribuições da Ciência da Informação, Terminologia, Semiótica e Estética uma vez que os processos de inventariação da cultura material em foco, arte cristã bem como a informação e sua representação constituem objetos científicos interdisciplinares. Defendemos que o inventário pode ser uma importante fonte de informação patrimonial, de acesso ao patrimônio cultural material e de preservação da memória. Numa pesquisa qualitativa produzimos um inventário enquanto instrumento de representação social e consideramos que o mesmo não deve se constituir em uma técnica nominativo-descritiva, mas em um instrumento de representação da informação, tendo como pressuposto o reconhecimento da informação patrimonial como objeto científico interdisciplinar que requer a construção de metodologia científica que articula Ciência da Informação e Patrimônio Cultural.

1 INTRODUÇÃO

MEMÓRIA, IDENTIDADE E PATRIMÔNIO

Neste artigo apresentaremos algumas reflexões referentes à investigação, em nível de mestrado, da Construção e Análise do Inventário do Patrimônio Religioso da Paraíba realizada no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação - CI, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal da Paraíba – UFPB –, Campus I, na área de concentração *Informação, Conhecimento e Sociedade*, na linha de pesquisa *Memória, Organização, Acesso e Uso da Informação*, justificadas pela nossa intenção de incorporar a preservação da memória, a representação da informação e de conhecimento, os usos e impactos da informação.

Inicialmente, problematizaremos algumas questões de pesquisas sobre Memória, no sentido de refletir sobre a temporalidade do seu conceito; sua especificidade e relação com a história; a sua inter-relação com a formação da identidade individual e social e, sobre o processo de patrimonialização e sua respectiva problemática com relação às políticas públicas de preservação na atual conjuntura do País; com vistas a compreender a importância da memória para a organização, acesso e uso da informação.

Inicialmente, nos reportamos a Chartier, (2009) que afirma que a memória é conduzida pelas exigências existenciais das comunidades para as quais a presença do passado no presente é um elemento essencial da construção de seu ser coletivo, enquanto a história se inscreve na ordem de um saber universalmente aceitável, “científico”.

Chartier afirma que na concepção de Ricœur, a memória é considerada a matriz da história, na medida em que é a guardiã da problemática da relação representativa do presente com o passado (RICCEUR, 2000, p. 106 apud CHARTIER, 2009, p. 23).

Ribeiro, (2000) procede a reflexão da diferença entre memória e história ao fazer uma análise comparativa entre as formulações apresentadas pelo historiador francês Pierre Nora e pelo sociólogo Maurice Halbwachs, no livro *A memória coletiva* (publicado originalmente em 1949). Afirma que, nos últimos anos, a memória tem estado no centro dos debates acadêmicos no Brasil e, ao analisar o contexto de defesa da memória, Pierre Nora identifica a mundialização como fator determinante no desejo da memória de nossa época, bem como de sua problemática fundamental.

Neste contexto, o autor menciona que Nora estabelece o conceito de aceleração da história afirmando que o passado vai cedendo seu lugar para a idéia do eterno presente, razão

pela qual assegurar os traços e vestígios é a maneira de se opor ao efeito devastador e desintegrador da rapidez contemporânea.

Neste sentido, conforme sinaliza Nora, assegurar os traços e vestígios da cultura material através da concepção e implantação do inventário, constitui pressuposto fundamental da presente pesquisa para (re)construção de memória e identidades.

O autor ressalta que as palavras “memória” e “história” evocam o mesmo tempo, o passado, mas que apesar da matéria-prima comum, a compreensão é oposta e até mesmo inconfundível. Ele menciona que a memória coletiva ou social não pode se confundir com a história, a qual começa justamente onde a memória acaba, o que ocorre quando a mesma não tem mais como suporte um grupo.

Para Halbwachs (1990):

A memória é sempre vivida, física ou afetivamente, e que quando o grupo desaparece, a única forma de salvar as lembranças, que para os grupos existentes são exteriores é fixá-las por inscrito em uma narrativa seguida uma vez que as palavras e os pensamentos morrem, mas os escritos permanecem (p. 80-81).

Para Ribeiro (2000) Nora construiu uma nova noção para trabalhar as fronteiras entre memória e história através do conceito de “lugares de memória” questão permeada pelo conceito de “aceleração histórica”, com seus respectivos desdobramentos, transformações e decorrências:

Aceleração da história. Para além da metáfora, é preciso ter a noção de que a expressão significa: uma oscilação cada vez mais rápida de um passado definitivamente morto, a percepção global de qualquer coisa como desaparecida – uma ruptura de equilíbrio... (NORA, 1993, p.07 apud RIBEIRO, 2000, p.03).

Ribeiro (2000) cita o conceito de memória de Nora como: “Um processo vivido, conduzido por grupos vivos, em permanente evolução e suscetível a todas as manipulações, e aberta à dialética da lembrança e do esquecimento” (NORA, 1993, p. 09 apud RIBEIRO, 2000, p.03).

Pierre Nora distingue dois tipos de memória: uma memória “tradicional”, que é “imediata”, e uma memória que sofre transformações ao passar à “história”. À medida que desaparece a memória tradicional, nós nos sentimos obrigados a acumular religiosamente vestígios, testemunhos, documentos, imagens, discursos, sinais visíveis do que foi (NORA, 1993, p. 15).

Ribeiro (2000) ainda se refere ao conceito de “lugares de memória” de Nora, segundo o qual são vivências que ultrapassam de um momento histórico em que vivemos na fronteira do que éramos, num quadro rural-local e o que somos, num quadro metropolitano-universal, colocando a questão da identidade e a ameaça da sua perda.

O autor prossegue sua análise crítica afirmando que Nora considera identidade como uma situação de existência coletiva evidenciada em diversos momentos históricos e que se expressa por um sentimento de referência e identificação grupal:

Os “lugares de memória” expressam o anseio de retorno a ritos que definem os grupos, a vontade de busca do grupo que se auto-reconhece e se auto-diferencia, o movimento de resgate de sinais de appartenance grupal. Diz o autor que “os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque operações não naturais...” (NORA, 1993, p.13 apud RIBEIRO, 2000, p.04).

Outro aspecto a ser abordado como reflexão teórica concerne à memória e sua relação com a formação da identidade. Reportamo-nos à Catrosa (2001) quando afirma que há um consenso acerca do papel da anamnese na construção de identidades pessoais e sociais. Segundo o autor, a função da anamnese é estabelecer “o diálogo entre o presente e o passado, no sentido de construir um acto cordial e comunitário, um re-cordare; o que leva a que a memória deva ser dita na linguagem pública, colectiva e instituinte do rito”... (CATROSA, 2001, p. 25)

Na relação entre memória e documento afirma que não há representação memorial sem traços, cujo conceito atualizado segue: “Traço é qualquer vestígio humano voluntário ou involuntário” (CATROSA, 1996, p. 24).

Catrosa (2001) segue fazendo reflexões no contexto dos ritos de recordações, quando ressalta o pensamento de Bourdieu para afirmar que somente os indivíduos podem recordar e os ritos anamnésicos e particularmente os comemorativos, têm efeitos holísticos e desempenham funções instituintes de sociabilidades.

Neste contexto, o autor afirma que essas “liturgias de recordação” têm como função criar coerência e perpetuar o sentimento de pertença e de continuidade, num protesto segundo ele, de fundo metafísico, contra a finitude da vida, consistindo assim num ideal de sobrevivência na memória dos vivos.

Podemos então inferir que há uma intensa relação dialética da memória e esquecimento, como também, existe uma dimensão seletiva em todo ato anamnésico, como esclarece Catrosa (2001): “Através deste, novos traços podem despertar lembranças esquecidas do evocador, e novas alterações situacionais do evocador podendo levá-lo à “reescrever” o que nunca esqueceu”... (p. 32).

Desta forma, podemos considerar a memória como uma atividade de (re)construção presente na formação da identidade e do imaginário, em um processo contínuo de

representação social. Tanto a memória quanto o imaginário são conceitos que se interpenetram, apesar de suas especificidades, ambos interligados na intersubjetividade.

Portanto, constatamos a forte relação existente informação, memória e identidade razão pela qual consideramos a significativa necessidade de preservação dos traços e vestígios do passado, na medida em que são portadores de informações sociais relevantes, e potenciais instrumentos de (re)construção de identidades e preservação da memória social.

Nesse sentido, a representação da informação da cultura material através do inventário constitui instrumento importante no processo de patrimonialização, bem como para a gestão patrimonial e educação patrimonial, sobretudo, pelo tratamento da informação especializada sobre os bens patrimoniais otimizando o seu acesso e efetivando as políticas de preservação da memória.

Portanto, inventário apresenta papel social relevante enquanto fonte de informação patrimonial, instrumento de acesso e gestão das políticas públicas de preservação da memória.

No que se refere ao processo de patrimonialização da cultura material no Brasil, no período compreendido entre o século XIX até o início do século XX a concepção de patrimônio nacional esteve vinculada aos termos de histórico/artístico, e reconhecendo como referência patrimonial apenas a cultura material das elites, e principalmente os —monumentos edificados.

Influenciado por esta concepção, no Brasil, a primeira tentativa de proteção ao Patrimônio por parte do Estado ocorreu em 1937, através de uma lei que reorganizou o Ministério da Educação, na ocasião, chefiado por Gustavo Capanema. O Decreto - Lei n. 25 de 30 de Novembro de 1937, definiu oficialmente o patrimônio histórico e artístico nacional como:

O conjunto de Bens Culturais Móveis e Imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico, etnográfico, bibliográfico ou artístico (LEMOS, 1982, p.110).

Posteriormente em 1988, ocorreu a institucionalização do direito à memória e ao patrimônio cultural na inserção do tema na Constituição Federal do Brasil.

Reconhecendo a importância das idéias acima mencionadas, consideramos fundamental apresentarmos o objeto científico desta pesquisa da construção e análise do inventário do patrimônio religioso paraibano que é a representação dos conteúdos e informações patrimoniais para a democratização do acesso à cultura e à memória, e pela valorização da informação enquanto fenômeno humano e social

No que se refere á categorização do Patrimônio Cultural, este pode se manifestar em diversas tipologias a exemplo dos bens de natureza material ou tangível, e imaterial ou intangível. Os bens culturais materiais ou tangíveis apresentam grande diversidade tipológica e podem ser classificados em bens culturais: históricos, artísticos, científicos, simbólicos. Porém, neste caso, estamos investigando a tipologia dos bens culturais artísticos e históricos referente à tipologia dos bens móveis e integrados categorizados como: *bens culturais móveis* (desenhos, gravuras, pinturas, esculturas, mobiliários, objetos litúrgicos, indumentárias, etc.), *bens culturais imóveis* (igrejas, conventos, engenhos, casarios), *bens culturais integrados* (altares, tribunas, púlpitos, sanefas, forros, gradis, balaustres)¹.

Neste contexto, o inventário constitui um importante instrumento de gestão do patrimônio cultural, na medida em que, ele quantifica e qualifica os bens culturais patrimoniais, possibilitando o tratamento, acesso e uso da informação patrimonial.

A nossa inserção, como pesquisadora, no campo da Ciência da Informação, nos permite construir diálogos entre memória, informação e patrimônio articulado pelo campo científico desta ciência:

Ciência da informação é aquela disciplina que investiga o comportamento e as propriedades da informação, as forças que governam o fluxo da informação, desde a sua produção até o seu uso. Ela diz respeito as formas de produção do conhecimento ligado à origem, coleta, armazenagem, recuperação, interpretação, transmissão, transformação, e utilização da informação, conforme foi discutido por Pinheiro; Loureiro(1995, p.2).

Neste sentido, consideramos o inventário uma fonte inesgotável de informação, tanto como fonte quanto como meio, possibilitando agregar ao acervo patrimonial novos usos, significados e valores.

Assim, podemos inferir que informação pode contribuir para a compreensão dos processos histórico, social, econômico e cultural de um determinado tempo e espaço (SILVA, 2006). Logo, torna-se imperativa a contribuição teórico-metodológica da Ciência da Informação para a preservação do patrimônio cultural, cujo trabalho de inventário é especialmente relevante para uma visão do conjunto do patrimônio e para sua categorização e acesso pela sociedade, sem o que, dificilmente, é possível a tomada de decisões consistentes por parte de agentes sociais, em quaisquer dimensões, visando estabelecer prioridades em ações de qualificação, restauração e socialização dos bens culturais.

¹Essa categorização procede do IPHAN, bem como a categorização dos bens culturais imateriais ou intangíveis que são as festas, folguedos, danças, tecnologias rurais, culinárias e outras manifestações culturais afim.

Neste sentido, vale mencionar a importância da informação na medida em que é a matéria-prima da memória individual e coletiva, que é elemento fundamental para a construção de identidades e ao articular representações sociais essenciais cuja preservação é fundamental para o crítico exercício da cidadania, por parte de um sujeito conhecedor de si e da coletividade. Desta forma consideramos que —A informação enquanto fenômeno social permite, influencia e promove a interação dos atores sociais (AZEVEDO NETTO, 2001, p.39).

Outro aspecto relevante de intersecção entre patrimônio cultural e CI é a responsabilidade social entre esta e a preservação cultural, por tratarem de questões de interesse coletivo, ou seja, de garantir o acesso ao patrimônio cultural e à informação dele originadas, pelas atuais e futuras gerações, ambos fundamentais para a preservação da memória social.

2 O INVENTÁRIO COMO ESTRATÉGIA INFORMACIONAL DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Cada geração à luz do seu presente histórico examina o legado cultural que lhe confere identidade grupal, social e/ou individual. Isto se dá na interpenetração entre memória e história que é a memória criticada e historializada, para o qual os vestígios precisam ser inteligíveis, na medida em que:

cultura material, lugares de acumulação e da construção de sínteses que nos permitem entrever, por um lado, os contextos sócio-históricos e ideológicos da formação de seus acervos e, por outro, os modos pelos quais a natureza e a cultura (ou o dado e o construído, o objetivo e o projetivo, esses simétricos opostos que ainda nos amarram no mundo ocidental), foram e são representados (LOUREIRO, LOUREIRO, SILVA, 2007, p. 3).

Portanto, verifica-se a função social da cultura material, uma vez que são vestígios e traços significativos para a (re)construção da memória e da identidade, representações simbólicas e portadores de informação social, portanto, referências socioculturais fundamentais para a sociedade.

Neste sentido, a cultura material é depositária de informações sociais e interpretações discursivas resultantes das interações sociais e promotoras de novas representações e relações sócio-culturais, razão que justifica a sua efetiva preservação, sobretudo por ser um instrumento para compreensão das estruturas sociais em um determinado tempo e espaço. Isto só é possível porque o objeto, no caso, a cultura material, documenta as práticas sociais e humanas.

Outro aspecto a ser mencionado refere-se à identificação, proteção, gestão e socialização do patrimônio cultural por parte dos órgãos de proteção. Eles se utilizam da produção de fontes documentais diversas, como recursos documentais, administrativos e jurídicos, muitas vezes no formato de inventários, para municiar a preservação de bens culturais materiais e imateriais como patrimônio cultural por serem portadores de referência para a identidade e a memória de um ou mais grupos sociais. Desta forma, podem ser produzidos registros descritivos, imagéticos, sonoros, dentre outros, cujas metodologias envolvem a representação da informação e, portanto, devem ser objeto de investigação científica, sobretudo por sua função social na (re)construção da identidade e memória sociais.

Esta é uma forma institucional corrente em vários institutos de preservação, inclusive no Instituto de Preservação do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba - IPHAEP, instituição responsável pela salvaguarda dos bens culturais e simbólicos produzidos e consumidos pela sociedade, passo inicial para a preservação da memória social.

Portanto, considerando que a cultura material, conceituada por Loureiro, Loureiro e Silva (2007), é portadora da informação e a necessidade de investigação de processos de inventariação, e conseqüente representação da informação, torna-se imprescindível aprofundar algumas reflexões sobre o conceito de informação na presente pesquisa.

Inicialmente, afirmamos que a informação é um fenômeno tipicamente humano, dinâmico, no qual a forma se mantém, mas o significado se altera no tempo e no espaço, ou seja, a conceituamos numa abordagem social. A informação está ligada à organização, conservação e transmissão dessa organização. A informação é percebida pela estrutura de conhecimento do indivíduo, é objeto de simbolização e reflete o seu contexto social e cultural de sua geração e uso.

É neste sentido que apresentamos o conceito de informação como representação: como conjunto estruturado de representações públicas (SANTAELLA; NÖTH, 1998) socialmente codificados (símbolos significantes) e contextualizados, que se tornam passíveis de serem materializadas em qualquer suporte (som, papel, filme, banda magnética, disco compacto, etc.) e, portanto, comunicadas de forma assíncrona e multidirecionada, como foi inicialmente indicado por Silva; Ribeiro (2002, p. 37).

Temos ainda a concepção de informação como processo proposta por Gómez, (2000) na qual informação significa fenômeno, processo ou construção que apresenta diversos estratos de realização formados pelas mais diversas formas de codificação criadas pelas distintas culturas em suas plurais formas de expressão; os sistemas sociais de inscrição de significados; as infra-estruturas das redes de comunicação e os sujeitos e organizações que

geram e usam informações em suas práticas e interações comunicativas. Complementa ainda relatando que: a informação, como objeto cultural, se constitui na articulação de vários estratos e contextos de ação, uma ação de informação que ocorre em três dimensões: semântico discursiva; meta-informacional e infra-estrutural. Em função do caráter poli-epistemológico da informação a autora coloca como um dos grandes desafios da pesquisa em CI desenvolver programas e estratégias de pesquisa que efetivem a articulação dos modos de conhecimento específicos de cada estrato (GOMÉZ, 2000, p. 4).

Neste contexto, a informação relaciona-se às necessidades informacionais de todos os grupos sociais. Ao considerarmos o homem como um ser simbólico, podemos afirmar que a informação é representação através da observação individual, carregada de uma estrutura ideológica e reconhecida pelos valores e pelo repertório de conhecimento já adquirido pelo indivíduo e contratado pelo seu grupo como válido e comunicável. Quando articulado com a cultura material produzida constituem construções culturais para fins de atendimento de demandas e comportamentos cotidianos, portanto podem ser consideradas como representações sociais a partir do momento em que sai da esfera de uso e passa para a esfera conotativa de ação social.

O processamento, socialização e (re)significação da cultura material pode ocorrer potencialmente, entre outras formas, através da representação da informação voltadas para a sistematização de inventários refletindo o caráter multidimensional de conceitos, noções e teorias que têm na cultura material seu foco e análise. Essa elaboração interpretativa efetuada no universo informacional agrega aos bens culturais novas disposições, propriedades e atributos, todos inseridos em sistemas de representação pretendidos como aptos a organizar narrativas e conjuntos discursivos.

Portanto, a relação entre Patrimônio Cultural e Ciência da Informação constitui condição imprescindível e eficiente estratégia de acesso aos bens culturais materiais. Trata-se de um espaço informacional dotado de valores estruturantes capazes de enfrentar a relatividade analítica que cerca a cultura material conferindo papel crucial na preservação e construção da memória social, das identidades, e dos processos patrimoniais.

Neste contexto, mencionamos ainda a importância do inventário enquanto representação social, um processo de construção e análise que deve ser concebido a partir de uma visão de diversidade cultural.

Por isso, temos ressaltado que para preservarmos, efetivamente, o expressivo e singular patrimônio religioso da Paraíba é urgente a construção e implantação de inventários, através de metodologias interdisciplinares, por exemplo, que integrem as áreas da CI e

patrimônio cultural, de maneira a subsidiar o conhecimento, a proteção e a difusão dos acervos

A investigação dos processos implicados na inventariação do patrimônio religioso paraibano colonial, enriquecida com os conhecimentos oriundos da CI, junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação –PPGCI da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, constitui ação estratégica no processo de transferência da informação e gestão do patrimônio cultural material, imprescindível para a integridade física e simbólica dos bens culturais, bem como para subsidiar intervenções e políticas públicas de preservação, a curto, médio e longo prazos.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 A PROPOSTA DE INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO RELIGIOSO PARAIBANO

Nesta pesquisa desenvolvemos uma metodologia para o inventário do Patrimônio Religioso Paraibano a partir do avanço conceitual, que nega o conceito de inventário como técnica nominativo-descritiva e considera o inventário como: uma fonte de informação patrimonial para tratamento da informação histórica, estética, religiosa, técnica, cultural etc. e gestão dos bens culturais móveis e integrados. Nesta perspectiva construímos uma metodologia que possibilita o tratamento, transferência e recuperação da informação material e simbólica do artefato religioso. A presente proposta também permitiu colaborar para a construção de uma linguagem de especialidade, ou seja, de uma terminologia referente á bens culturais móveis e integrados.

Na presente pesquisa, foram desenvolvidas a conceituação e normatização para representação da informação e do conhecimento e análise dos dados para quantificação e qualificação dos bens móveis e integrados religiosos paraibanos. O desenvolvimento da referida proposta foi pautada na conceituação e normatização das ações de seleção, categorização, classificação e representação da informação especializada através do cadastro individual do acervo, dentre as quais citamos: registro imagético individual dos bens culturais móveis e integrados religiosos selecionados; análise tecnológica, formal-estilística e contedúística para qualificação dos bens culturais móveis e integrados religiosos; classificação, catalogação e cadastramento técnico dos bens culturais móveis e integrados religiosos através da representação da informação e do conhecimento; e digitalização textual e gráfica das Fichas individuais de Inventário.

3.1.1 A coleta e interpretação dos dados: o inventário como instrumento de representação da informação

A coleta dos dados e sua respectiva análise teve como objetivo principal a construção dos procedimentos teórico-metodológicos do inventário para quantificar e qualificar o patrimônio religioso paraibano colonial.

Como temos visto, para a elaboração desta proposta de inventário para o tratamento e representação da informação patrimonial especializada buscamos as contribuições da Ciência da Informação e da Terminologia que investiga os princípios para determinação de conceitos e suas relações.

Conforme Campos (1995), uma forma de melhorar a representação e transferência da informação é a criação de um sistema de conceitos fundamentais para sua classificação e representação.

A autora inicialmente considera que a classificação estabelece relações entre itens de informação não podendo mais ser vista em seu sentido restrito de estruturas hierárquicas. Comenta que a criação de um sistema de conceitos é cada vez mais necessária, cujo objetivo é o aprimoramento da representação da informação e, conseqüentemente, da recuperação de informações, bem como, dinamizar o processo de transferência da informação.

No que concerne ao processo de representação, vejamos a citação de Alvarenga apresentada por Fugeri:

O processo de representação possui etapas de percepção, identificação, interpretação, reflexão e codificação, etapas que são envolvidas no ato de se conhecer um novo ser ou coisa, ou aprofundar-se no conhecimento de um ser ou uma coisa já conhecida, utilizando-se dos sentidos, da emoção, da razão e da linguagem (2006, p. 41).

Nesta pesquisa, temos como um dos pressupostos o fato de que se representa a informação e se organiza a informação para permitir a sua recuperação e, neste caso, para qualificar, gerir e viabilizar o democrático acesso da sociedade ao patrimônio cultural material.

No que concerne ao inventário como instrumento de organização da informação, consideramos também as orientações de Campos; Souza; Machado (2009, p. 1), em uma perspectiva interdisciplinar entre a ciência da informação e da terminologia para elaboração de uma metodologia com vistas ao desenvolvimento de um modelo conceitual voltado para sistemas de organização de unidades de informação.

Neste aspecto, concordamos com as autoras em considerar que um ponto de grande relevância é a complexidade da representação, razão pela qual ressaltamos que a construção de uma metodologia de inventário necessita de uma modelização apta a permitir a representação de unidades de informação. Segundo as autoras, a referida modelagem, ao contrário da modelagem de dados, necessita de um formalismo mais estruturado, com critérios que contribuam na determinação do domínio de conhecimento que se deseja modelar, dos elementos e relações existentes entre os conceitos, e que apresente um método para organização do domínio como um todo.

Desta forma, a modelagem conceitual foi um dos procedimentos teórico-metodológicos fundamentais na construção deste inventário. Foram definidos e categorizados os campos ou categorias indexais para representação das informações, materiais e conteudísticas, referentes ao acervo patrimonial, os quais foram dispostos e organizados resultando na ficha individual, que em conjunto constituirá o inventário.

Sob este ponto de vista, o modelo conceitual pode ser compreendido como um instrumento de comunicação por apresentar formalismo próprio e como espaço de deslocamento e relação de conceitos de uma determinada temática (CAMPOS; SOUZA; MACHADO, 2009, p.4), neste caso, referente à cultura material no contexto religioso e colonial paraibano.

A construção do nosso modelo conceitual considerou ainda um conjunto de tipologias de informação especializada referentes a diversas áreas de conhecimento, cuja conceituação, categorização e formatação resultaram na construção da ficha de identificação individual do acervo religioso para cadastramento técnico, através da representação da informação.

O modelo conceitual e seus respectivos instrumentos construídos na presente pesquisa foram estruturados considerando-se as demandas de políticas de registro por parte de institutos de preservação, objetivando municiar a gestão e comunicação dos acervos de bens culturais móveis e integrados em diversos —lugares de memória (NORA, 1993, p.13 apud RIBEIRO, 2000, p.04), a exemplo de um museu, centro cultural, entre outros. A seguir podemos observar a conceituação e configuração do modelo conceitual desta metodologia de inventário.

3.1.2 Elaboração do inventário:

Campos, Souza e Machado (2009) afirmam que a interdisciplinaridade é necessária para a investigação das questões representacionais, e relatam que as teorias e metodologias da

Ciência da Informação, da Terminologia e da Ciência da Computação que analisam a representação de conhecimento têm discutido os princípios referentes ao contexto de conhecimento, a natureza dos conceitos e as relações entre os conceitos e os sistemas de conceitos. Afirmam que estudos desse tipo podem contribuir significativamente na identificação de requisitos para metodologias de construção de modelos conceituais, como é o caso deste inventário.

Nesta abordagem, os autores fazem reflexões interessantes sobre o processo de representar, o método de raciocínio. Afirmam:

Toda organização de conhecimento é realizada em função de princípios e regras em que esta organização comporta operações de ligação (conjunção, inclusão, implicação) e de separação (diferenciação, oposição, seleção, exclusão). O processo é circular, passando da separação à ligação e, além disso, da análise à síntese. Ou seja, o conhecimento comporta, ao mesmo tempo, separação e ligação, análise e síntese (MORIN, apud CAMPOS; SOUZA; MACHADO, 2009, p.5).

Corroborando com os autores, podemos afirmar que o *Inventário* é um instrumento de representação indexal e constitui um importante ferramenta de registro e de análise dos bens patrimoniais. Neste sentido, a representação indexal pode ser vista como uma atividade de síntese que representa o conteúdo de um determinado objeto.

No que concerne ao modelo conceitual do *Inventário*, o primeiro eixo de sua conceituação refere-se à forma na qual está estruturada suas duas categorias macro: que possibilitarão categorizações geral e específica do objeto em inventariação, respectivamente, configuradas da seguinte forma:

- Como categorias macro temos: categorização geral; e categorização específica;
- Como categorias subseqüentes ou complementares temos: informação contextual; informação suporte e artística; informação semântica; e informação histórica e documental.

O segundo eixo de conceituação refere-se aos desdobramentos das categorias subseqüentes ou complementares configurados em diversas tipologias ou campos para registro de informação especializada de diversas áreas de conhecimento: Ciência da Informação, Biblioteconomia, História, Estética, Restauração e Conservação e Teologia.

Portanto, os campos ou categorias indexais para registro de informação especializada que compõem a ficha de inventário não apresentam relação hierarquizada, mas de complementariedade, com vistas à qualificação dos bens culturais móveis e integrados religiosos. A seguir podemos observar uma síntese do modelo conceitual construído.

CATEGORIZAÇÃO GERAL

1) INFORMAÇÃO CONTEXTUAL: LOCALIZAÇÃO, IDENTIFICAÇÃO E PROTEÇÃO

1.1 - Informações de Localização: Número, número de inventário anterior, UF/Município/Localidade, Endereço, Monumento, Local no prédio, Proprietário/Endereço, Responsável Imediato/Endereço.

1.2 - Informações de identificação/tipologia: acervo, categoria patrimonial, classe/gênero, sub-classe/espécie, título/designação, coleção, modo de aquisição/data, origem, procedência, época/data, autoria, assinatura/inscrição/ legenda/marca.

Nesta tipologia de informação encontram-se ainda os itens de descrição, suporte/técnica e dimensões, os quais referem-se à informação de materialidade mas, na perspectiva de categorização geral.

1.3 - Informações de segurança: Proteção Legal e Tipologia do Tombamento, Condições de Segurança, Instalações Físicas e Estado de conservação.

CATEGORIZAÇÃO ESPECÍFICA

2) INFORMAÇÃO SUPORTE E ARTÍSTICA:

2.1 Informações de suporte – relativa à materialidade (descrição, material/técnica, dimensões, características técnicas, tecnologia de construção).

2.2 - Informação Estética (formal-estilística): relativa à materialidade e sua respectiva organização/estruturação da materialidade, ou seja, às características formais e estilísticas. Para preenchimento deste campo de informação sugerimos a utilização de (WOLFFLIN, 1989) - método de análise da visualidade pura, pela percepção e inteligibilidade).

3) INFORMAÇÃO SEMÂNTICA

3.1 - Informação Semântica (iconografia e iconologia): relativa ao conteúdo, atributo, significado baseado no estudo do contexto histórico e cultural de sua produção, ou seja, às questões representacionais referentes ao simbólico. Orientamos, para preenchimento deste campo de informação, a utilização do método de análise dos significados da obra de arte de Panofsky, 1986, conforme etapas a seguir:

3.1.1- primários ou naturais, correspondendo ao nível pré-iconográfico, a exemplo da descrição visual do objeto;

3.1.2 - secundários ou convencionais, correspondendo às características iconográficas (identificação das imagens, histórias e alegorias); e

3.1.3 - intrínseco, correspondendo às características iconológicas, correspondendo ao significado simbólico dos atributos na perspectiva histórica).

4) INFORMAÇÃO HISTÓRICA E DOCUMENTAL

Estas informações se referem aos dados históricos e referências documentais relativos ao objeto em processo de informação.

A categorização específica apresenta ainda itens de identificação técnico-administrativa (**informação contextual: identificação e localização**) referentes ao preenchimento, revisão, e coordenação técnica de execução do inventário, bem como o item observação para informações complementares².

A seguir podemos observar a ficha de inventário.

INVENTÁRIO (FRENTE)

² Na dissertação existe o item específico às categorias indexais do instrumento desenvolvido nesta pesquisa, como forma de sistematizar e qualificar a representação da informação na presente proposta de inventário enquanto instrumento de preservação memorial.

UFPB Universidade Federal da Paraíba		INVENTÁRIO DE BENS MÓVEIS E INTEGRADOS		
CATEGORIZAÇÃO GERAL				
1 LOCALIZAÇÃO			3 PROTEÇÃO	
NÚMERO	N. DE INVENTÁRIO ANTERIOR/ANO		PROTEÇÃO LEGAL:	
UF/MUNICÍPIO Barra de Santana	LOCALIDADE		<input type="checkbox"/> - Federal <input type="checkbox"/> - Estadual <input type="checkbox"/> - Municipal <input checked="" type="checkbox"/> - Nenhuma	
ENDEREÇO: Praça da Matriz			<input type="checkbox"/> - Tomb. Individual <input type="checkbox"/> - Tomb. Conjunto	
MONUMENTO: Igreja Matriz de Sant'ana			CONDIÇÕES DE SEGURANÇA:	
INSERÇÃO ESPACIAL: Capela-Mor			<input type="checkbox"/> - BOA <input checked="" type="checkbox"/> - RAZOÁVEL <input type="checkbox"/> - RUIM	
PROPRIETÁRIO/TITULARIDADE/ENDEREÇO: Diocese de Campina Grande Rua			OBSERVAÇÃO:	
RESPONSÁVEL IMEDIATO/ENDEREÇO Padre			<input type="checkbox"/> - VIGILÂNCIA <input type="checkbox"/> - EQUIPAMENTO <input type="checkbox"/> CONTRA-INCENDIO	
2 IDENTIFICAÇÃO			INSTALAÇÕES FÍSICAS:	
ACERVO: Religioso			<input type="checkbox"/> - BOA <input type="checkbox"/> - RAZOÁVEL <input checked="" type="checkbox"/> - RUIM	
CATEGORIA PATRIMONIAL: <input checked="" type="checkbox"/> - BEM MÓVEL <input type="checkbox"/> - BEM INTEGRADO <input type="checkbox"/> - interno <input type="checkbox"/> externo		ESTADO DE CONSERVAÇÃO:		
CLASSE / GÊNERO: <input type="checkbox"/> - CONSTRUÇÃO <input checked="" type="checkbox"/> - ARTES VISUAIS <input type="checkbox"/> - INTERIORES <input type="checkbox"/> - OBJETOS CERIMONIAIS <input type="checkbox"/> - OBJETOS PESSOAIS		<input type="checkbox"/> - BOM <input checked="" type="checkbox"/> - REGULAR <input type="checkbox"/> - RUIM <input type="checkbox"/> - PÉSSIMO <input type="checkbox"/> - RESTAURADO		
SUBCLASSE/ESPÉCIE:		4 MATERIALIDADE:		
<input type="checkbox"/> FRAGMENTO DE CONSTRUÇÃO <input type="checkbox"/> EQUIPAMENTO HIDRÁULICO <input type="checkbox"/> DESENHO <input checked="" type="checkbox"/> ESCULTURA <input type="checkbox"/> PINTURA <input type="checkbox"/> ESTAMPA <input type="checkbox"/> ACESSÓRIO DE ESCULTURA <input type="checkbox"/> ACESSÓRIO DE INTERIORES <input type="checkbox"/> OBJETOS DE ILUMINAÇÃO <input type="checkbox"/> PEÇA DE MOBILIÁRIO <input type="checkbox"/> INSÍGNIAS <input type="checkbox"/> OBJETOS DE CULTO <input type="checkbox"/> OBJETO FUNERÁRIO <input type="checkbox"/> OBJETO DE DEVOÇÃO PESSOAL <input type="checkbox"/> PEÇA DE INDUMENTÁRIA		DESCRIÇÃO: Figura feminina adulta de pé, em posição frontal, com a nossa senhora criança sustentada por sua mão esquerda (referencia do observador) e segurando a mão direita o livro, que detém a observação de ambas. Sant'ana usa resplendor e nossa senhora criança usa coroa real. Santana apresenta pele clara, olhos e cabelos castanhos divididos ao meio, sobrancelhas arqueadas e usa bríncos. Veste túnica e manto dourados e véu sobre a cabeça. A túnica dourada apresenta pregas verticais na frente e tem ornatos com motivos florais dourados, rosa claro e verde tendo como arremate uma pala com vira na cor vermelha cuja parte central da pala tem botão de rosas centralizado dourado e vermelho. A manga direita de cor vermelha tem vira dourada. Sobre sua túnica encontra-se manto dourado com vira verde, preso na altura do seu peitoral pelo movimento do seu ante-braço direito, na atitude de segurar e mostrar o livro à nossa senhora. O véu dourado e verde cobre sua cabeça deixando a mostra uma mecha de cabelos castanhos escuros com estrias finas que cai sobre seu ombro direito. Nossa Senhora encontra-se representada com pouca idade, tem pele clara, olhos e cabelos castanhos e toca o livro com as duas mãos. Traja túnica dourada com ornatos florais dourados, rosa claro e verde claro e, apresenta como arremate uma pala dourada e presa na altura da cintura, cuja parte central tem botão de rosas centralizado dourado e azul. Em toda extremidade da túnica encontra-se uma barra na cor verde clara. A base é retangular com os cantos chanfrados e, apresenta dois planos com pintura marmorizada nas cores verde e ocre.		
		SUPORTE/TÉCNICA: madeira policromada e dourada		
NOME/DESIGNAÇÃO: Sant'ana	TÍTULO/TEMA: Sagrada Família	DIMENSÕES:		
COLEÇÃO: Arte Sacra	MODO DE AQUISIÇÃO/ DATA: desconhecido	ALTURA: 1, 60 COMPRIMENTO: 0,50 DIÂMETRO: CIRCUNFERÊNCIA:	LARGURA: PROFUNDIDADE: 0,20 PESO (G): 45 kg	
ORIGEM: desconhecida	PERCURSO: esconhecida	DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA		
ÉPOCA/DATA: Segunda metade do século XVIII	AUTORIA: desconhecida	Foto: Arquivo/Formato: JPG Operador: Francisco Pereira Data: 24/09/2010		
ASSINATURA/INSCRIÇÃO/LEGENDA/MARCA Inexistentes				

INVENTÁRIO (VERSO)

5 CATEGORIZAÇÃO ESPECÍFICA	
INFORMAÇÃO CONTEXTUAL	
ESPECIFICAÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO Apresenta espesso estrato de sujidades, e aspecto visual comprometido devido á presença de profundas abrasões. Observa-se algumas fissuras nas extremidades do manto e na carnação da face.	
INTERVENÇÕES Apresenta verniz e estrato de repintura procedente de restauração anterior e intervenções inadequadas que estão interferindo, negativamente, na estética do objeto.	RESTAURADORES: Desconhecido DATA: Desconhecida
INFORMAÇÃO SUPORTE E ARTÍSTICA	
CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS A escultura é de madeira policromada e dourada. A madeira é cedro rosa e sua estrutura é formada por: dois blocos centrais que constituem as figuras humanas representadas, Sant'ana e Nossa Senhora. No que se refere á Sant'ana a parte central do seu corpo é formada por um bloco central único, e dois outros blocos complementares que constituem a cabeça e as mãos. Um terceiro bloco constitui a base da imagem. A junção possivelmente foi efetuada com cravos. No que concerne á estrutura de Nossa Senhora, é formada por um bloco independente, no qual o livro foi enxertado através de cravos e, ambos incorporados á estrutura da imagem maior, no caso, ao bloco central da Sant'ana. A junção possivelmente foi efetuada com cravos.Os olhos de ambas são de vidro. No que se refere á camada pictórica, apresenta base de preparação, policromia, folha metálica e veladura. A pintura dos panejamentos foi efetuada em têmpera protéica e douramento á base de cola protéica. As carnações das faces e das mãos foram executadas com tinta á óleo. As técnicas ornamentais utilizadas em ambas foram: o esgrafito, a punção, a pintura á pincel, e colocação dos acessórios metálicos: brincos, resplendor e coroa real com a utilização de cravos ou pregos.	
CARACTERÍSTICAS ESTILÍSTICAS A imagem apresenta características estilísticas da linha de produção da imaginária luso-brasileira da segunda metade do século XVIII: sua qualidade técnica e estética, as relações de proporcionalidade anatómica, sinuosidade, assimetria de suas linhas compositivas, como também, a expressão fisionômica concentrada conferida pela atitude de contenção. Contribuem para localização estilística o aspecto fisionômico sem maior dramaticidade, característica tipológica do barroco e como resquício desse movimento observa-se a preponderância da volumetria conferida, sobretudo, pelo eixo central do corpo da imagem. As características mencionadas acima nos remetem ao estilo rococó, que chega ao Brasil a partir da segunda metade do século XVIII.	
INFORMAÇÃO SEMÂNTICA	
CARACTERÍSTICAS ICONOGRAFICAS/ORNAMENTAIS Representação: Encontra-se representada de Pé,flaqueando a imagem da imaculada, ou seja, nossa senhora criança. Nossa Senhora Menina encontra-se no colo de Sant'Ana que está ensinando-a a ler com o livro.	
CARACTERÍSTICAS ICONOLÓGICAS Invocação: A invocação surgiu no Oriente, e passou a Europa onde se desenvolveu com intensidade singular no final da Idade Média, para decair no século XVI, em decorrência da atitude revisionista do Concílio de Trento, que proibiu a legenda dos três matrimônios de Santana. Apesar do referido declínio, as pinturas e imagens isoladas são numerosas nos países da América colonizados pela coroa espanhola, onde forma dedicadas algumas igrejas. A devoção da Mãe da Virgem foi propagada também por religiosos carmelitas, sobretudo os calçados, pela relação de Emerenciana, mãe da Santa, com os ermitãos do Monte Carmelo. Os Evangelhos Apócrifos e as tradições medievais popularizadas por Santa Coleta informam sobre os três casamentos de Santa Ana e várias contradições sobre a sua esterilidade. Soma-se a isso as versões dos pais de Santa Ana, transmitida entre outros autores por São Cirilo de Alexandria. Emerenciana ou Emerencia, virgem de Belém, da casa de David, portanto de nobre cuna,se distingui por sua honestidade, tendo se aconselhado com os monjes do Monte Carmelo, porque seus pais haviam decidido casá-la com Estolano, apesar dos seus propósitos de permanecer em estado de virgindade. Os monges rezaram e tiveram visão em extase "uma árvore que surgia com duas ramas povoadas de flores diferentes e entre elas sobrescia uma pela beleza e esplendor". A visão foi acompanhada por uma voz que dizia: "Esta é nossa Emerenciana, destinada a dar uma descendência insigne". Emerenciana teve duas filhas, uma delas foi a mãe da Virgem, Ana e outra de nome, Ismeria ou Esmeria, teve Santa Izabel que foi avó de São João Batista. Assim, Sant'ana, filha de Emerenciana, foi casada com São Joaquim, é a mãe de Nossa Senhora, ou seja, da Virgem Maria e avó materna de Jesus Cristo, segundo os Evangelhos Apócrifos da Natividade, pois os Evangelhos Canônicos nada dizem sobre a família de Maria. Os Evangelhos Apócrifos informam que São Joaquim, rico e temente a Deus, era sempre humilhado pelos companheiros porque não tinha filhos. Sua mulher Ana era estéril. Cansado de tanta humilhação, se isolou no deserto, razão pela qual Ana achou que ele havia morrido e lamentava-se pela viuvez e esterilidade.Certo dia enquanto rezava em seu jardim, apareceu-lhe um anjo de Deus, dizendo: <i>Ana, o Senhor escutou sua súplica. Conceberás e darás à luz uma menina, que se chamará Maria, e de tua prole falar-se-á em todo mundo.</i> Ana então prometeu a Deus oferecer sua filha ao Senhor. Na mesma ocasião, o mensageiro celestial apareceu a Joaquim dizendo-lhe para voltar para casa, pois sua mulher dar-lhe-ia descendência. Santana é um dos Santos mais venerados no Brasil, ou seja, de grande popularidade, tendo sido muito comum no período colonial.No Candomblé é sincretizada como Nanã ou Anambucuru, a mais velhadas iabás e orixá feminino da chuva, por isso sendo também evocada, nas regiões secas do Nordeste, por trazer chuva. No entanto, uma interpretação mais coerente segundo alguns autores é a de que Ana encarna o ensino cristão no seio da família e q que dar bons conselhos. Neste sentido, Maria representa humildade e modéstia, mas o elemento preponderante é o livro, pois nele aprende a ler orações e a conhecer o projeto de Deus no Antigo Testamento. Padroeiro (a) / Protetor (a): Mulheres casadas, grávidas, estéréis Festa ou Celebração: Somente no século XVI foi instituída sua festa pelo papa Gregório XIII, em 26 de Julho.	
INFORMAÇÃO HISTÓRICA E DOCUMENTAL	
DADOS HISTORICOS	
REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS	
OBSERVAÇÕES	
PREENCHIMENTO TÉCNICO RESP. Silvia Regina da Mota Rocha INSTITUIÇÃO:Universidade Federal da Paraíba - PPGCI MATRICULA: DATA: 24/09/2010 ASS.: _____	REVISÃO TÉCNICA RESP. INSTITUIÇÃO: MATRICULA: DATA: ASS.: _____
COORDENAÇÃO TÉCNICA DO INVENTÁRIO RESP: MATRÍCULA: DATA:	

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na relação memória, identidade e patrimônio observa-se um campo de tensão, disputas e defesas de idéias na construção de discursos e atribuição de significados ao patrimônio cultural e à memória, pelos diversos segmentos sociais. Nesse contexto, não há informações suficientemente sistematizadas para o acesso ao patrimônio cultural, cujas fontes documentais são muito escassas, conjuntura que apresenta muitas barreiras informacionais, quer seja para gestão patrimonial, quer seja para a pesquisa científica e para o usuário.

Ressaltamos a importante função social do inventário enquanto instrumento de preservação, e acreditamos ter contribuído para a preservação cultural, no que se refere ao conhecimento, proteção e comunicação e valorização dos bens culturais móveis e integrados. É necessário que se implantem políticas de preservação, a partir de políticas de documentação voltadas para a sistematização dos registros na forma de inventários, uma vez que possibilitam a construção de mecanismos estratégicos para registro, gestão, comunicação e educação patrimonial.

Consideramos que é necessário que o direito à memória se efetive por meio da implantação de políticas de preservação que possibilitem o reconhecimento, a valorização e, sobretudo, o processo de busca, recuperação e o uso mais social da informação. Neste contexto, o inventário constitui instrumento técnico nos processos de patrimonialização dos bens culturais móveis e integrados, razão pela qual é importante a sua investigação científica, nesta e em pesquisas futuras.

O desenvolvimento desta pesquisa, possibilitou verificar que o processamento, socialização e (re)significação da cultura material pode ocorrer potencialmente, entre outras formas, através da representação da informação voltadas para a sistematização de inventários cuja elaboração interpretativa efetuada no universo informacional agrega aos bens culturais novas disposições, propriedades e atributos todos inseridos em sistemas de representação pretendidos como aptos a organizar narrativas e conjuntos discursivos.

Ressaltamos ainda que, na presente pesquisa temos identificado que o inventário tem permitido o tratamento da informação estética, religiosa, técnica, cultural etc. inerentes às diversas expressões dos bens culturais móveis e integrados, podendo se constituir em uma fonte de informação patrimonial em potencial, isto é, uma ponte entre o acervo e o usuário, para ações de educação patrimonial e de preservação da memória.

Desta forma, a relação entre patrimônio cultural e ciência da informação constitui condição imprescindível e eficiente estratégia de acesso aos bens culturais materiais, conferindo papel crucial na preservação e construção da memória social, das identidades, e

dos processos patrimoniais. Nessa direção, os conhecimentos aqui produzidos podem ser incorporados por Políticas de Preservação do Patrimônio Cultural balizadas no direito da sociedade à memória e aos bens culturais

REFERÊNCIAS

AZEVEDO NETTO, C. X. de. **A arte rupestre no Brasil:** questões de transferência e representação da informação como caminho da interpretação. Tese para obtenção do título de Doutor em Ciência da Informação, PPG-UFRJ/IBICT, defendida em 08 de março de 2001.

CAMPOS, M. Luiza de Almeida; SOUZA, Roseli F. de; CAMPOS, M. Luiza Machado. **Organização de unidades de conhecimento em hiperdocumentos:** o modelo conceitual como espaço comunicacional para a realização da autoria. *Ciência da Informação*. Brasília. V. 32, n.2 p.7-16. Maio ago 2003. Disponível em <http://scielo.br/pdf.civ32n217029>. Acesso em 22 jul. 2009.

COÊLHO, Beatriz. **A História da Preservação do Patrimônio Cultural**. Belo Horizonte, 1996.

CHARTIER, R. As relações do passado: história e memória. In: _____. **A história ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

FUGERI, Sérgio. **Representação de informação e conhecimento: estudo das diferentes abordagens entre a ciência da informação e a ciência da computação**. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciência da informação) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas

GÓMEZ, M. N. González. Metodologia de pesquisa no campo da Ciência da Informação. *DataGramZero. Revista de Ciência da Informação* - v.1 n.6 dez/00 . Disponível em: http://www.dgz.org.br/dez00/Art_03.htm. Acesso: 13 maio 2009.

LOUREIRO, José Mauro Matheus; LOUREIRO, Maria Lúcia de Niemeyer Matheus; SILVA, Sabrina Damasceno. **Museus, informação e cultura material:** o desafio da interdisciplinaridade. Comunicação oral apresentada ao IX ENANCIB, 2007. Disponível em: <http://www.enancib2008.com.br>. Acesso em: 05nov2008.

RIBEIRO, Renilson Rosa. **Nos jardins do tempo:** memória e história na perspectiva de Pierre Nora. Disponível em: <http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=historiadores=id-11>, 2000.

SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda. De ciências documentais á ciência da informação: Ensaio epistemológico para um novo modelo curricular: Santa Maria da Feira, Editora Afrontamento, 2002.

SANTAELLA, L. e NÖTH, W. **Imagem: cognição, semiótica, mídia**. São Paulo, Iluminuras, 1998.

SILVA, Armando Malheiro da. Informação e Cultura; Informação e Conhecimento. In:_____. **A Informação**: Da compreensão do fenômeno e construção do objeto científico. 2006.